



## DECISÃO - IMPUGNAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021**

**IMPUGNANTE: RM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI.**

**IMPUGNADA: AMESP**

### **1. DECISÃO:**

O Pregoeiro da AMESP, diante das razões expostas, decide:

Conhecer da impugnação interposta pela empresa **RM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI.**, posto que tempestiva, para, no mérito, negar-lhe provimento, decidindo pela manutenção das condições estabelecidas no Edital.

### **2 – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese alega a Impugnante:

- a) Que alguns itens do caderno convocatório estariam em confronto com a legislação vigente, atinente especificamente a Lei Federal nº 8.666/93.
- b) Para evidenciar a alegação de descumprimento de preceitos legais versados na Lei Federal nº 8.666/93, a impugnante alega que os Itens 9.4.2 alínea “e”, e item 9.4.2.3.1 respectivamente, a exigência de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (devidamente registrada) e, apresentação de atestado de capacidade técnica registrado no referido Conselho de Classe.
- c) Ato continuo a Impugnante por meio do Item 2. do instrumento de impugnação pede:

2.1 - Alteração ou exclusão de exigência da empresa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada, conforme item 9.4.2.2 alínea “e”.

2.2 – Supressão ou alteração da exigência indevida deapresentar atestado de capacidade técnica devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA, previsto no subitem 9.4.2.3.1 do edital.

Estes são os pedidos da empresa Impugnante ao Caderno Convocatório do Pregão Presencial nº 05/2021.

### **3- DO MÉRITO**

Inicialmente cumpre salientar que o Pregão Presencial nº 005/2021 havia sido suspenso “sine die” em função da decretação da “Onda Roxa” no Estado de Minas Gerais, motivo pelo qual a impugnação está sendo apreciado agora, vez que o aviso da licitação será republicado.



Dito isso e, preenchidos os requisitos de tempestividade e admissibilidade da impugnação passamos à análise do mérito.

Com relação à exigência contida no item 9.4.2.2, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), dispõe a Norma Regulamentadora nº 05 do Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho:

**5.2 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.**

**5.49 A empresa contratante adotará medidas necessárias para que as empresas contratadas, suas CIPA, os designados e os demais trabalhadores lotados naquele estabelecimento recebam as informações sobre os riscos presentes nos ambientes de trabalho, bem como sobre as medidas de proteção adequadas.**

**5.50 A empresa contratante adotará as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pelas empresas contratadas que atuam no seu estabelecimento, das medidas de segurança e saúde no trabalho.**



Assim temos que, nos termos da Norma Regulamentador nº 05 da SEPT, é obrigatória a todas as empresas privadas a constituição de CIPA, salvo empresas com menos de 20 funcionários.

E, ainda nos termos da NR 05 da SEPT aos Contratantes é obrigatório a adoção de medidas para garantir a Saúde e Prevenção de Acidentes do Trabalho para garantir, por meios claros e objetivos, que a execução dos serviços sejam procedidos com o mais alto nível de segurança, conforto e qualidade a todos os envolvidos.

Não se pode olvidar ainda o disposto nas CCT:

Cláusula 50ª da CCT MG000612/2020:

*CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES - CIPA As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.*

Cláusula 32ª da CCT MG001179/2019::

*CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - C.I.P.A As empresas deverão organizar e manter em funcionamento, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - C.I.P.A., conforme NR nº 05 do MTE, no que trata à constituição e ao seu funcionamento regular.*

Cláusula 48ª da CCT MG000653/2020:





*CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÕES - CIPA As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.*

Cláusula 31ª da CCT MG000364/2020:

*CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CIPA / CAT A Empresa informará a Federação Profissional, com antecedência de 30 (trinta) dias a data, o local e o horário da eleição dos Membros da Comissão Interna para Prevenção de Acidentes - CIPA, permitindo a presença de Representante da Federação Profissional.*

*PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será constituída uma CIPA nos locais de trabalho onde se encontrem mais de 50 (cinquenta) empregados.*

Pela análise conjunta dos dispositivos acima conclui-se que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é uma obrigatoriedade precípua empresarial.

Outrossim, temos que no ramo de terceirização de mão de obra, inúmeras empresas se aventuram em busca de ganhar processos licitatórios sem o cumprimento básico das obrigações empresariais, causando inúmeros prejuízos aos trabalhadores e aos Órgãos Públicos.



Importante ainda obtemperar, que é dever da Administração Pública, buscar sempre a economicidade, legalidade, eficiência e a garantia do interesse público em contratar empresas serias, idôneas e com expertise no ramo licitado.

Ainda, a Administração Pública, não pode furtar-se da obrigação em fazer com que nas compras de produtos e serviços seja exigido das empresas, aquilo que delas são um dever perante a sociedade e a legislação vigente, com o intuito de afastar a responsabilidade subsidiária.

Portanto a exigência da Comissão Interna de Prevenção de Acidente não se trata tão somente de exigência editalícia, e sim, de exigência legal.

Desta forma, reputa-se como legal e razoável a manutenção da exigência contida no item 9.4.2.2.

Com relação ao outro ponto suscitado pela Impugnante suscita relacionado ao registro dos atestados de capacidade técnica junto ao CRA – Conselho Regional de Administração assim dispõe o objeto da licitação:

**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE FORMA CONTÍNUA E/OU EVENTUAL, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕES A ASSOCIAÇÃO DOS**



MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ –  
AMESP.”

Nos termos o objeto, a licitante vencedora deverá prestar os serviços de: Recrutamento, Seleção, **Administração** e disponibilização de mão de obra. Ao Licitante vencedor caberá não somente aos serviços de fornecimento de mão de obra, como também caberá a ela o recrutamento, seleção e a administração de toda a mão de obra fornecida ao Contratante.

Em relação ao registro dos atestados de capacidade técnica junto ao Conselho Regional de Administração, o art. 30 da Lei nº 8.666/93 impõe o que segue:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

***II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;***

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes,***





*limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

Com fulcro no art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a exigência de comprovação de capacidade técnica registrado na entidade competente é pertinente e legal.

Importante destacar ainda o previsto na Resolução Normativa nº 654/15 do Conselho Federal de Administração e na Lei nº 4.769/65:

*Resolução Normativa nº 464/15:*

*Dispõe sobre a criação de Acervos Técnicos de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas registradas nos CRAs, por meio do Registro de Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração - RCA e dá outras providências.*

*Art. 3º Entende-se por Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, fornecidos aos registrados nos CRAs pelos tomadores dos seus serviços (pessoas jurídicas de direito público ou privado), comprobatórios da prestação de serviços nos campos privativos do Administrador, de que trata a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965.*

*Lei nº 4.769/65*





Art. 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

c) VETADO.

Art. 3º O exercício da profissão de Técnico de Administração é privativo:

a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

Por todo o exposto temos que as atividades lícitas se inserem naquelas de prerrogativa exclusiva de bacharéis em Administração, tais como seleção, recrutamento e administração de pessoas de forma que, nos



termos da Lei nº 4.769/65 é obrigatório o registro junto ao CRA dos Atestados de Capacidade Técnica que versam sobre as atividades de Administração e Seleção de Mão de Obra.

Desta forma, salvo melhor juízo, não vejo ilegalidade em exigir das licitantes a Comissão Interna Prevenção de Acidentes e o registro dos atestados de capacidade técnica junto ao CRA.

#### **4. CONCLUSÃO**

Diante do todo exposto, conheço da Impugnação, posto que tempestiva, para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pelo prosseguimento do certame nos moldes como estabelecido no Edital.

Intime-se e registre-se.

Pouso Alegre, 26 de abril de 2021.



**Wagner do Couto**  
**Pregoeiro da AMESP**